



Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6787, de 2016, do Poder Executivo, que "altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências"

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017
(Do Sr. Goulart)**

Requer a realização de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para discutir a reforma trabalhista.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública dessa Comissão Especial, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, conforme art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para debater o PL 6787/2016 que trata da Reforma Trabalhista.

Para tanto, proponho que sejam convidados os seguintes representantes:

- Senhor **Alencar Burti** – Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP);
- Senhor **Paulo Antônio Skaf** – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
- Senhor **Joseph Couri** – Presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (SIMPI);
- Senhor **Ricardo Patah** – Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que altera o Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT, tem por objetivos principais aprimorar as relações do trabalho no Brasil, por meio da valorização da negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores; atualizar os mecanismos de combate à informalidade da mão-de-obra no país; regulamentar o art. 11 da Constituição Federal, que assegura a eleição de representante dos trabalhadores na empresa, para promover-lhes o entendimento direto com os empregadores; e atualizar a Lei n.º 6.019, de 1974, que trata do trabalho temporário.

Sugerimos a realização da Audiência Pública no Estado de São Paulo, em razão de ser o maior polo industrial e comercial do País, tendo grande influência no desenvolvimento da economia brasileira.

Dada à significância do tema para os diversos segmentos da sociedade, e, ainda, como uma forma de melhor entender essa Reforma, ouvindo entidades legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados, solicitamos a realização da referida audiência pública.

Para tanto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2017.

Deputado GOULART
PSD/SP